



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1639805 - PR (2019/0373622-5)**

**RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI**

**AGRAVANTE : ELCIR ANTONIO DONDOSSOLA**

**ADVOGADO : WELISON WESSLING - PR083212**

**AGRAVADO : COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANCA E INVESTIMENTO VANGUARDA DA REGIAO DAS CATARATAS DO IGUACU E VALE DO PARAIBA - SICREDI VANGUARDA PR/SP/RJ**

**ADVOGADO : IGNIS CARDOSO DOS SANTOS - PR012415N**

### EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. PRESUNÇÃO DO ESTADO DE NECESSIDADE. NATUREZA RELATIVA. SÚMULA 568/STJ. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE.

1. Ação de execução de título extrajudicial.
2. A jurisprudência do STJ é pacífica no sentido de que a presunção do estado de necessidade tem natureza relativa. Assim sendo, o magistrado está autorizado a indeferir o pedido do benefício da justiça gratuita se não encontrar elementos que comprovem a hipossuficiência da parte requerente. Precedentes.
3. Analisar se foram preenchidos, na hipótese, os requisitos necessários à concessão da gratuidade da justiça, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.
4. Agravo conhecido. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, não provido.

### DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por ELCIR ANTONIO DONDOSSOLA, contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado, exclusivamente, na alínea "a" do permissivo constitucional.

**Ação:** de execução ajuizada por COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO VANGUARDA DAREGIAO DAS CATARATAS DO IGUACU E VALE DO PARAIBA - SICREDIVANGUARDA PR/SP, em desfavor do agravante, referente a cédulas de crédito bancário.

**Decisão interlocutória:** indeferiu pedido de concessão da justiça gratuita.

**Acórdão:** negou provimento ao agravo interno interposto pelo agravante, mantendo o indeferimento do pedido de justiça gratuita, nos termos da seguinte ementa:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL - ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. NECESSIDADE DECOMPROVAÇÃO DA IMPOSSIBILIDADE DE ARCAR COM AS CUSTAS E DESPESAS PROCESSUAIS - DECISÃO MANTIDA. 1. A finalidade do agravo interno é submeter o recurso ao crivo do Colegiado, desde que devidamente expostos argumentos capazes de infirmar a decisão. 2. Agravo interno conhecido e desprovido.

**Recurso especial:** alega violação dos arts. 98, 99, §§ 2º e 3º, do CPC/15. Afirma que a declaração de hipossuficiência é suficiente para a concessão da justiça gratuita, bem como alega inexistir nos autos elementos contrários ao reconhecimento da hipossuficiência financeira do agravante.

### **RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.**

**Julgamento:** aplicação do CPC/2015.

#### **- Das Súmulas 7/STJ e 568/STJ**

A jurisprudência do STJ é pacífica no sentido de que a presunção do estado de necessidade tem natureza relativa. Assim sendo, o magistrado está autorizado a indeferir o pedido do benefício da justiça gratuita se não encontrar elementos que comprovem a hipossuficiência da parte requerente, como no presente caso. Nesse sentido: AgInt no AREsp 1176640/SP, 2ª Turma, DJe 15/05/2018; AgInt no REsp 1420189/PR, 1ª Turma, DJe 04/05/2018; AgInt no AREsp 1048562/RJ, 4ª Turma, DJe 30/04/2018; AgInt no AgInt no REsp 1670585/SP, 3ª Turma, DJe 02/04/2018.

Ademais, analisar se foram preenchidos, na hipótese, os requisitos necessários à concessão da gratuidade da justiça, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III e IV, “a”, do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, NEGO-LHE PROVIMENTO.

Deixo de majorar os honorários de sucumbência recursal, visto que não foram arbitrados na instância de origem.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
Relatora